

## ATRAVESSAMENTOS JUVENIS: (sobre)vivências e narrativas de gêneros e sexualidades no contexto escolar.

Pollyanna Rezende-Campos<sup>1</sup>

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti<sup>2</sup>

Marilu Carvalho Dantas<sup>3</sup>

### RESUMO

No ambiente escolar, comumente nos deparamos com atitudes preconceituosas e muitas vezes naturalizadas entre os jovens, pois são posicionamentos e posturas ainda muito arraigadas em nossa cultura patriarcal, machista e heterossexista. Daí surge a questão que norteia o presente estudo: Instituições escolares, que deveriam ser um ambiente plural e inclusivo, acolhem a diversidade de gênero? O estudo visa propiciar maior familiaridade com conceitos, atitudes e reflexões que possibilitem o processo constitutivo de identidades de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador. Isso conecta-se à ideia de expor um relato de experiência socioeducativa, vivenciada como investigadora-docente e assinala que o intuito é abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz (Borges, 2013 e 2015) e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos, assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar. As narrativas dos jovens ouvidos nesse trabalho comprovam o quão carregado de opressão e sofrimento são os corpos que transgridem a norma hegemônica, o quanto o respeito ainda fica do lado de fora dos muros das escolas, enraizado junto com a discriminação, exclusão e desigualdades. É a partir do reconhecimento e da legitimidade de suas diferenças que se tem cada vez mais a percepção do importante papel estratégico da educação para a diversidade e como direito fundamental.

**Palavras-chave:** Juventudes. Gêneros. Sexualidades. Alteridade. Educação.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Núcleo de Estudos sobre direitos Humanos - UCSAL e Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidade - UFBA [pollyannarcampos@gmail.com](mailto:pollyannarcampos@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha - Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Núcleo de Estudos sobre direitos Humanos - NEDH/UCSAL e Universidade Federal da Bahia - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM. [vanessa.cavalcanti@hotmail.com](mailto:vanessa.cavalcanti@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Bahia – UFBA. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidade – UFBA. [marilucarvalhodantas@gmail.com](mailto:marilucarvalhodantas@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

*“A realidade não pode ser modificada,  
senão quando o homem  
descobre que é modificável  
e que ele o pode fazer.”*

(PAULO FREIRE, 2017, p. 48).

A juventude é uma fase de múltiplas novidades e inúmeros questionamentos, estágio da vida no qual vão ser incorporados muitos dos aprendizados da infância, a partir de experiências que são modeladas em meio a (con)vivências e influências sociais, na busca de seu próprio lugar no mundo. Etapa na qual os indivíduos sentem uma dada necessidade de se perceberem semelhante aos outros, mas, ao mesmo tempo, afirmarem suas diferenças.

Caracterizar essa etapa do desenvolvimento é um tanto complexo, visto que é um processo dinâmico de construção social, mas também das próprias criações e significações ainda em curso, o que configura certa fluidez dessa categoria.

E para compreender tal liquidez, se faz necessário levar em consideração e admitir as diferentes orientações e diversidades nas representações, nos ritmos, e em tempos e espaços que gestam práticas para consolidar as identidades juvenis, sobretudo no que diz respeito à sexualidade.

As inúmeras questões em torno da diversidade de gêneros e sexualidades não envolvem apenas informações ou conhecimentos, mas, sobretudo os valores e o posicionamento crítico e político diante da atual multiplicidade nas formas de viver e de ser. Demonstam uma “ecologia de saberes” (Santos, 2007, p.4), necessitando mais enveredar por expressões emancipatórias e identitárias do que pelo delineamento de um pensamento abissal e redutivo. Quando o tema versa sobre juventudes e sexualidades, não há como distanciar-se da dinâmica e das múltiplas possibilidades identitárias e de alteridade<sup>4</sup>.

Para Foucault (2014, p. 229), a nossa sociedade é percebida como um espaço privilegiado, possibilitando que nossa verdade profunda seja lida e dita, ou seja, para a sociedade só se saberá a verdade real de cada um ao se conhecer a sua sexualidade. Esta, por

---

<sup>4</sup> Vale aqui retomar uma citação do artigo de Santos (2007: 4): A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.

sua vez, “não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo, mas é, sem dúvida, através dela que se exerce”.

E segundo Castro, Abramoway e Silva (2004, p.68) “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades, e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais”. Preconceitos esses que se atenuam principalmente nos casos em que os modelos hegemônicos de identidades são contrariados através de ‘estilização dos corpos’ para uma afirmação de gênero:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pelo qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a formação de um eu permanentemente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. (BUTLER, 2017, p. 200, grifos nossos).

Exercer e conseguir constituir essa ‘temporalidade social’ até que se conquiste a afirmação da própria identidade é um dos maiores enfrentamentos e dificuldades dos jovens, sobretudo, aos que seus corpos e desejos não atendem ou não se encaixam nos padrões da dominação heterossexual. Tal complexidade é proveniente da cultura impregnada de tabus, preconceitos, violações e discriminações, práticas tão corriqueiras que acabam sendo naturalizadas em todos os meios sociais, não deixando de fora, a escola.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2017, p. 38).

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. (BENTO, 2011, p. 553).

É nesse reflexo dicotômico de corpo e sexo que algumas identidades ocupam, culturalmente, uma posição central, servindo de referência para as demais, sendo, portanto,

representadas como “normais”, básicas, hegemônicas (LOURO, 2000). E as pessoas que possuem corpos/desejos que extrapolam o limite ou tal amarração entendida como a norma são vistas como diferentes, desviantes ou “incoerentes”:

Ao trazer no título do trabalho a expressão ‘Juventudes em trânsitos’, o sentido conotado às palavras é justamente expressar a mudança, a dinâmica e a flexibilidade de uma etapa do desenvolvimento, essa mobilidade – ato ou efeito de transitar – para além da colonialidade hegemônica e pensar nos processos que implicam a descolonização da prática de categorização das sexualidades, nas quais se concentram costumes, conceitos e atitudes que reverberam sob a forma de ‘colonialidade do ser’.

O termo ‘colonialidade do ser’ surge a partir de grandes reflexões sobre as relações existentes entre a modernidade, a colonialidade e o mundo moderno/colonial:

A ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser [colonialidad del ser]. (MIGNOLO, 2003, p. 633).

A dimensão ontológica da colonialidade do poder é o que vai retratar a colonialidade do ser, isto é, a experiência vivida a partir dos conhecimentos e práticas do sistema mundo moderno/colonial em que se inferioriza, oprimindo e desumanizando total ou parcialmente determinadas pessoas, enquanto que outras se apresentam como sendo a própria expressão da humanidade.

A Colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades. (TORRES, 2008, p. 96).

[...] para sairmos da episteme colonizada, possivelmente teremos que investir em nossos olhares epistêmicos eurocêtricos e nos compreendermos como seres no mundo marcados, em nossa pele e sangue, por uma política do conhecimento racializada, classista e heterossexista, que nos invade com seus tentáculos tirando-nos a possibilidade de nos situarmos em saberes localizados também comprometidos com a dignidade humana. (MESSEDER, 2013, p. 7).

Cumpramos ressaltar que todo esse trânsito está ainda aprisionado e imerso em um sistema eurocêntrico-colonial, patriarcal e heteronormativo, havendo consenso que, para sair dessa

episteme colonizada e abrir possibilidades de embarcar na ideia da produção do pensamento decolonial, é imprescindível a construção de um projeto comum.

A juventude, núcleo central deste estudo, que transita nos contextos e territórios de sociabilidade familiar e escolar, dentre as categorias de identidades, alteridades, integralidade/ violações e Direitos Humanos; eixos esses que terão dialética com as epistemes da pedagogia crítica e o sistema decolonial, pois em muitos casos, tanto nas famílias quanto nas escolas, as diversidades e identidades sexuais e de gêneros não são compreendidas de forma inclusiva.

Ao ocuparem os territórios escolares, tais como as salas de aula, o pátio, os banheiros e esquinas, logo passam a ser o centro das atenções, motivos de olhares e falatórios, espaços oportunos para o exercício da comicidade e do lúdico na vivência entre jovens e adolescentes, e principalmente, um espaço comumente usado para torturas psicológicas e exposições preconceituosas, o que propicia a criação de um território de ridicularizações. Contudo, a maioria dessas expressões tende a se naturalizar e comumente não são interpretadas como violências, principalmente por quem as usa direcionadas a outrem, já para as pessoas receptoras, dificilmente serão absorvidas com tamanha naturalidade.

As violências se multiplicam e ocupam “tentacularmente” – parafraseando Kehl (2013) – as dimensões e tipologias das mais variadas (psicológicas, física, sociais, sexuais, emocionais e espirituais), na tentativa de atender e fixar culturalmente o que Butler, (2017, p. 8) denominará de “heteronormalidade compulsória”.

A escola reflete as práticas sociais, que são altamente carregadas de convencionalismos discriminatórios, e deste modo, se configura como espaço de manutenção de atitudes intolerantes, vindas conjuntamente com violações e conflitos interpessoais que potencializam o surgimento de violências entre jovens. A aflição fica ainda maior ao dar-se conta da maneira como que esse fenômeno vem sendo tratado pelos principais atores envolvidos: cada vez com mais aceitação, naturalidade e consentimentos, atingindo esferas de relacionamentos, convivências, identidades e alteridades. Como exemplificado na narrativa de uma participante da pesquisa:

Intolerância e preconceito? Claro que existe! E está em todo lugar! Só que a gente acaba se acostumando, por que você ouve a mesma coisa todos os dias, sempre ficam me chamando de viado... o tempo vai passando e você se acostuma entendeu? Vira um cotidiano normal de sua vida. Pronto! É assim! (Elen, 18 anos – Transgênero feminina – grifos nossos).

Nesse sentido, o presente estudo encontra-se num contexto onde as juventudes em seus processos de formação identitária estabelecem as relações sociais, tanto onde naturalmente se iniciam – o âmbito familiar, quanto onde é sequenciado – o ambiente escolar. Destacando o papel da escola e comunidade escolar na ampliação do conhecimento no que diz respeito às diversidades sexuais e de gêneros para, deste modo, mitigar as violências que são impulsionadas por tais questões no ambiente escolar.

## 2. EXPRESSÕES DA DIVERSIDADE: percepções e construções identitárias

*“Se cada ser é só um.  
E cada um com sua crença.  
Tudo é raro, nada é comum.  
Diversidade é a sentença!”*  
(LENINI, 2010).

Expressar a sexualidade é revisitar a própria história, a partir de vivências, emoções, desejos, costumes, gestos, afetos, olhares e manifestações corporais. Além de proporcionar bem-estar físico e psicológico, o exercício da sexualidade promove encontros, trocas, comunicações e afetividades no campo relacional, contribuindo para o autodesenvolvimento pessoal.

Se considerarmos que a sexualidade é inerente à vida humana, o ideal seria que esse tema fosse conversado abertamente, de modo que as pessoas tivessem/adquirissem maior consciência dos seus direitos sexuais e reprodutivos, exercendo-os em sua plenitude, de forma responsável, respeitando as condições e escolhas de outrem. Entretanto, frente às problemáticas regidas por regras de moralidades, preconceitos e grandes tabus que ainda cercam a abordagem do tema, mesmo diante da necessidade de larga discussão, percebe-se que ainda é pouco tratado/discutido, tanto na esfera familiar quanto na educacional.

Em muitos casos, as famílias não conseguem suprir as necessidades de diálogo e informação por não se sentirem à vontade, nem tão pouco preparadas para tratarem do tema com suas/seus adolescentes e jovens, emergindo daí a necessidade e importância em ser trabalhada nas escolas, enveredando por coletividades e socialização. De acordo com Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 38), “além da prevenção, a escola pode colaborar com o pensar sobre vários constituintes da sexualidade e evitar violências em seu nome”, pois no contexto escolar circulam as mais diversas curiosidades e anseios ligados ao aspecto, e este “é tema

que tem prioridade para @s jovens, que provoca debates, polêmicas, interesse e atenção” (CASTRO, ABRAMOWAY; SILVA, 2004, p. 305).

Como formas de prevenção às violências, preconceitos, discriminações e intolerâncias, é imprescindível conhecer e dialogar com os conceitos que envolvem a temática e apropriar-se dos mesmos na busca de um entendimento geral, o que possibilitará uma vivência harmoniosa, livres das amarras e normatividades heterossexistas.

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 2017, p. 108, grifos nossos).

O trabalho de ação-reflexão se faz necessário para compreender, respeitar, valorizar e conviver democraticamente com as diversidades, partindo do pressuposto de que a formação e construção identitária das pessoas sofrem interferências socioculturais, geracionais e territoriais, o que as torna seres plurais e diversos.

Se o diverso é signo de variedade, é, também, expressão do múltiplo. Reconhecer a diversidade significou admitir a existência múltipla, variada e concreta da população. [...] A visão sobre composição múltipla ou plural da sociedade tenderia a se transformar em uma política, ou melhor, em um multiculturalismo expresso pela obrigatoriedade de proteção. (SILVÉRIO, 2005, p. 95; grifos nossos).

A discussão das temáticas de gêneros e sexualidades não engloba todas as possibilidades em explicar os efeitos sociais da vida humana, a partir de diálogos que versam sobre diferenças, estereótipos, tabus, conceitos, preconceitos e crenças. Quando trabalhado, se atém apenas aos efeitos hormonais, da genética e dos cromossomos sexuais, dos instintos da reprodução ou das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Porém, são diversas as formas de sexualidades possíveis, na medida em que o corpo biológico não corresponderá necessariamente ao corpo sexual.

Não se podem desmerecer as expressões corporais em vivenciar prazer e afeto, sobretudo na juventude, em seu universo marcado por desejos conflitivos e flutuantes dos comportamentos sexuais, na construção de um processo de aprendizado e reflexão, por meio do qual se consegue elaborar a percepção de quem somos, onde tudo vai depender das relações socioculturais às quais tais jovens estão submetidos, vivenciam e se expressam.

A construção identitária não é algo imutável, pelo contrário, como não pode ser considerada inata, pois não nasce com as pessoas, vai sendo formada através das interações sociais. Sendo assim fluidas, instáveis e podendo ser moldadas de acordo com suas vivências, comportando relações positivas de inclusão e/ou negativas de exclusão. Além de ter sempre duas dimensões: a primeira, como a própria pessoa se vê e se reconhece – identidade, e a segunda como a pessoa é vista na sociedade – alteridade.

Então, faz-se necessário compreender que as identidades vão sendo (re)formuladas e (re)construídas dentro dos discursos, no âmbito dos constructos pessoais e sociais, impossíveis de serem dissociados. Estes, por sua vez, são demarcados e aprisionados pelo machismo, racismo e heterossexismo, que faz com que as pessoas se sintam inferiorizadas, diferenciadas e excluídas, ‘fora’ do que é dito ‘aceito e normal’, conforme as narrativas abaixo relacionadas:

“A culpa é da sociedade mesmo! Ela é a culpada em ‘por’ isso na minha cabeça, eu não me achava assim, tipo... sei lá eu não me acho... não sei, é porque o povo fala tanto e julga tanto que acabei colocando isso na minha cabeça e me acho... sei lá diferente!” (ABEL, Transgênero masculino, 18 anos – destaques nossos).

“Aí é horrível você passar. Eu chegava aqui e passava pelos corredores e todo mundo ficava olhando, ou então tem alguns que fazem até chacota. É horrível? É! Você ser julgada por uma coisa que você goste, é diferente? É! É uma coisa diferente? Sim! Não nego, mas não é aquele, não é um pecado! Que poxa... você acha que eu que escolhi? Se fosse uma escolha, ninguém ia optar por isso, por que só sofre! Poxa... se é com a minha vida? Eu não ‘tô’ interferindo na vida de ninguém! É comigo! É comigo! Se for de pagar pelas consequências, quem vai pagar não sou eu? Se for de ir pro inferno, não sou eu que vou? As pessoas se importam muito e o pior... Falam muito da nossa vida!” (FABIANA, Homossexual feminina, 19 anos – destaques nossos).

A norma que a sociedade culturalmente impõe sobre as pessoas funciona como regulação de seus modos de vida. Corpos ou comportamentos que não se ‘encaixam’ em tais normatividades são vistos/considerados como diferentes ou anormais. E por serem cotidianamente apontados internalizam que realmente são. Entretanto, algumas diferenças são completamente aceitas e normalizadas, mas outras são produções socioculturais. É notório que não é qualquer diferença que assusta ou gera sentimentos de rejeição e que aquelas características que atendem aos padrões hegemônicos como não desejáveis ou negativos tendem a ser vistas como desvios, estranhas, diferentes ou inteligíveis.

“Eu não escolhi ser assim. Eu não escolhi ser diferente, porque essas pessoas fazem isso comigo? Por que muitas pessoas falam assim: ‘aquele viadinho... virou viadinho’ E sabe? A gente não vira! A gente é assim, a gente nasce assim, a gente não escolhe ser aquilo entendeu? Tipo, a gente tem que aceitar a nossa condição, mas também não pode ser visto como doença, é uma condição que a gente aceita da nossa forma de ser, da nossa forma de agir” (RAFAEL, Homossexual masculino, 20 anos – destaques nossos).

“Eu me culpo, por que sei que é errado. Então fico sem querer fazer algo por que sei que é errado, mas ao mesmo tempo não quero me separar dela, pois sei o quanto estar com ela me faz bem”. (ABACAXI, Jovem Confusa, 19 anos – destaques nossos).

Uma (re)ação comum no processo da construção identitária é a culpabilidade em “ser assim”, ao se considerar ‘errado’, ‘anormal’ ou ‘abjeto’. Bento (2017, p. 49) traz a “Abjeção como uma potente categoria heurística nos estudos voltados para a compreensão do lugar reservado socialmente aos corpos sem inteligibilidade social”. Dificilmente apareceriam sentimentos contrários, já que essa é uma característica da heteronormalidade compulsória – domínio na nossa cultura machista, sexista e trans-lesbo-homofóbica.

O (auto)pronunciamento dos corpos se deprende com coragem da autodeclaração. “A gente é assim” – podendo ser entendida como um instrumento preventivo e protetivo, tal qual, como uma possibilidade inclusiva, para dar visibilidade à existência desses corpos, bem como, adequada para as interações com as diversidades sexuais e de gêneros.

“Eu acho que, quem começa... Acho que não tem coragem de voltar atrás! Veja bem... Como é que você vai passar por tudo que você já passou... Então eu acho que a gente tem muita coragem, professora! Eu tenho muita coragem! Os homens ficam me chamando de viado, viadinho... Mas eu acho que no fundo, no fundo, eu sou mais homem que muito deles! Porque pra você chegar e dá a cara à tapa assim... E sair na rua assim... É complicado! Às vezes a situação fica feia... Só muita coragem mesmo! Eu tenho uma vida muito complicada! Minha vida é complicada! Ser Eu é complicado! Ser Eu é muito complicado! E ai de quem me olhar e dizer que eu sou homem! Não existe isso né? Tá achando que estou fantasiada é? Maluquice!” (ELEN, Transgênero feminina, 18 anos – destaques nossos).

Conseguir se afirmar socialmente e enfrentar um padrão normativo que impera e rege a cultura hegemônica heterossexista da sociedade é ademais altamente complicado, um processo bastante complexo, sendo uma verdadeira (re)construção identitária e uma (re)afirmação sociopolítica importante para o (auto)reconhecimento, devido à presença marcante de estigmas, preconceitos e rotulagens que circundam todos os meios de

sociabilidade que essas pessoas possam pertencer e (con)viver. “A não-valorização da vida como opção é uma afronta ao sujeito ético-moral. O não-reconhecimento (absoluto ou relativo) do indivíduo retira da sua essência o valor mais precioso: a humanidade.” (CAVALCANTI; SILVA, 2017, p. 76).

Importa ressaltar, entretanto, que mesmo diante de todas as dificuldades, amarras e regras socioculturais, nas diversas narrativas ouvidas nessa investigação, sobressaíram os discursos de resistência, que liberam sensação de alívio e de libertação da clausura de (auto)negação, de silenciamentos e invisibilidades, ao assumir e compreender uma identidade subversiva que converge em formas inteligíveis e se manifestam, simplesmente, no ato de ser humano e (con)viver.

“Eu não me lembro de nada de como eu era no passado, eu não me lembro do meu jeito, da forma que eu agia, eu só me lembro do depois, parece que minha vida começou depois que eu me assumi que eu me sinto totalmente diferente, eu me sinto mais feliz, meu jeito de agir, minha forma crítica de ver o mundo modificou” (RAFAEL, Homossexual masculino, 20 anos – destaques nossos).

“Não ligo pra mais nada que as pessoas dizem de mim. Eu quero é ser feliz, isso que importa! Entende?” (EDY, Transgênero feminina, 18 anos – destaques nossos).

“Eu sou uma pessoa feliz! Não ligo pro que os outros falam, por que senão... Eu não vou viver! Eu encaro o mundo alegre, feliz e de cabeça erguida, mesmo vivendo com tantos preconceitos.” (BERNARDO, Homossexual masculino, 18 anos – destaques nossos).

Conseguir viver, sem as preocupações com o que os outros irão pensar/achar/falar não é tarefa simples, como pudemos perceber. Mas ao alcançar esse patamar, jovens conseguem se livrar das amarras e clausuras de viver “dentro do armário” e percebem inclusive, um lado político/crítico nessa postura.

“Eu comecei a perceber o lado político disso tudo sabe? Eu poder realmente dizer que eu era gay e que eu não precisava pedir licença pra ser o que eu sou. Que eu tinha de ser quem eu era. Que eu tinha que mostrar pra sociedade que eu sou gay sim e que eu mereço todo o respeito. Percebi que eu tinha que começar a lutar sobre isso, dá visibilidade e que ninguém melhor do que eu mesmo pra falar do... Das dificuldades que eu vivo sabe? Sempre as pessoas questionam:

- Ah! Mas você se descobriu gay como?

- Eu me descobri gay quando eu comecei a me relacionar com as pessoas, ao mesmo tempo que você se descobriu hétero, que você descobriu que gostava do sexo oposto foi o tempo que eu descobri que eu era gay sabe?

Eu formei minha sexualidade no mesmo período que todas as pessoas formaram a sua sexualidade também! Lembrando que as pessoas experimentam coisas, gostam de coisas diferentes, e tem que ser isso né? Então, não foi algo, olhando bem não foi algo muito, diferente...” (PEDRO, Homossexual masculino, 21 anos – destaques nossos).

Assumir a postura política e, sobretudo, sociocrítica na incessante luta para minimizar o estigma de seres ‘abjetos’ ou ‘vidas precárias’ e não vivíveis (BUTLER, 2015), visibilizando e buscando reconhecimento como pessoas ou vidas vivíveis e inteligíveis nas suas diversas possibilidades identitárias e de alteridades é uma das mais importantes atitudes e reflexões colhidas nas histórias de vida deste estudo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vivências e aproximações no cotidiano de jovens estudantes, o objetivo mais do que pedagógico era ampliar debate e uso de categorias consubstanciadas sobre sexualidades e diversidades sexuais no espaço escolar público. Os resultados apontam que se faz necessário urgente, abrangente e permanente discussão e reflexão a cerca dos estigmas das sexualidades humana. E que o caminho inicial para essa abordagem é a educação de gêneros e sexualidades de forma ampla e não apenas a cerca de estudos sobre anatomia de sistemas reprodutores e Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, como é feito na maioria dos casos nas escolas, nas aulas de ciências biológicas, ou brevemente nas aulas de sociologia, e não como um tema transversal e multidisciplinar como prescreve o volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s. (BRASIL, 1997), que deixa claro que o tema deverá ser inserido na escola perpassando todas as disciplinas, rumo ao exercício pleno da cidadania.

Estabelecer de forma mais extensiva e possibilitar maiores debates a cerca da negatividade do preconceito sexual é a diretriz que oportunizará uma convivência mais harmoniosa, diversa, socialmente igualitária e justa. Como bem nos lembra Louro:

[...] sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso. (LOURO, 2003, p.72).



A educação não engloba apenas transmissão de conhecimento. É muito mais que informar; educar é formar, é estar atento à parte afetiva e social do adolescente e de seus familiares. Ultrapassa os limites de um pensamento abissal e exige aproximação de saberes, viveres e fazeres, confluindo também para educar para a convivência, a tolerância e à dignidade da pessoa humana. Isso remete à ideia de educar para e pelos Direitos Humanos (Cavalcanti & Silva, 2015).

Diferente concepção da educação é defendida por Freire (2017, p. 31), reconhecer-se dentro de qualquer processo e, especialmente no recorte dado a este trabalho, especificamente no processo de educação escolar é parte do caráter transformador da educação, fazendo-a libertadora através da “consciência crítica”.

Salientando que o pensamento crítico é também, uma das finalidades propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para a etapa final da educação básica, o Ensino Médio, que pretende “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996). Portanto, a desconstrução do preconceito e a promoção de Direitos Humanos, incluindo sexualidades, são caminhos ainda a serem matizados e percorridos no campo da Educação.

## REFERÊNCIAS:

BENTO, B. (2011) **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, 19(2), 548-559. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16>. Acesso em 30 junho 2017.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e Direitos Humanos**. Salvador: EdUFBA, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº. 9.394/96. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 06 de out de 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.



Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em 10 de out. de 2018.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

CAVALCANTI, V. R. S. & SILVA, Antonio Carlos da. **Para e pelos direitos humanos: perspectivas e debates sobre violência, educação e agendas**. In: GOMES, Celma Borges. (Org.). Em busca de uma cultura da não violência nas escolas. Salvador: Edufba, 2015, pp. 1-12.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. In: Fronteiras do Pensamento. 2003. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 21 Ago. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/agosto. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em 06. Julho.2018

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MESSEDER, S. A construção do conhecimento científico blasfêmico ou para além disto nos estudos de sexualidades e gênero. In: IRINEU, Bruna Andrade (Org.). **Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça**. 1 ed. Tocantins: EDUFT, 2016, p. 06-17.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da 'ciência': Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p. 667-771.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 78, Outubro 2007, pp. 3-46.

SILVÉRIO, V.R.A. (Re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V.R. (Org.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 87-106.

TORRES N.M. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/695>. Acesso em: 03 ago. 2018.

